

## Coisas da Política

### Senado testa nova política de Collor

A política de entendimento recentemente adotada pelo presidente Fernando Collor passará, nesta semana, por sua primeira prova no Senado. Os senadores votarão o projeto do deputado Nelson Jobim que limita a reedição de medidas provisórias. Caso seja aprovado, o presidente Collor verá seus poderes presidenciais consideravelmente reduzidos pelo Congresso. A política salarial, por exemplo, teve sua vigência prorrogada por meses através do recurso da reedição das medidas, até que foi aprovada pelo Congresso, o que jamais se repetirá caso seja aprovado o projeto. O governo acha que esta limitação poderá criar sérios problemas na condução da política econômica, toda ela feita à base de medidas provisórias sucessivamente reeditadas.

O maior adversário do governo neste ponto é o velho PMDB, que até fechou questão no partido para obrigar seus senadores a votarem a favor do projeto de Jobim. Até sábado, ninguém arriscava-se a cantar vitória, embora, aparentemente as chances de aprovação fossem maiores que as de rejeição. Mas os votos estavam sendo contados um a um neste fim de semana. O PMDB só permitirá que o senador José Sarney se abstenha de votar para evitar-lhe constrangimentos. Afinal, ele se utilizou pelo menos 22 vezes da reedição de medidas no seu mandato na Presidência da República. O PDT, apesar do namoro do governador Leonel Brizola com Collor, votará a favor do projeto. O senador Maurício Corrêa, do PDT do Distrito Federal, lamentava na tarde de ontem ter que votar contra o presidente Collor.

“É no mínimo desconfortável o partido dar os seus seis votos do PDT contra o presidente Collor neste momento de boa vontade do governo federal com o Rio de Janeiro, mas votaremos assim mesmo”, explicou o senador. O governador Brizola não tinha interferido na questão até sábado, mas é bom lembrar que este projeto foi rejeitado na Câmara por falta de cinco votos, dois deles do PDT. O líder pedetista deputado Vivaldo Barbosa, um dos ausentes, garante que perdeu a votação por acidente. Acidente, aliás, oportuno, porque ocorreu às vésperas da liberação dos recursos federais para a construção da Linha Vermelha, no Rio.

Não haverá, da parte do governo, pelo menos garan-

tiam assessores do presidente, nenhum esforço para obter apoios na base do fisiologismo, como a distribuição de concessões de televisão, nomeações no Funrural e outros mimos tão comuns em governos passados. O presidente Collor contava com votos conquistados pelo novo diálogo estabelecido com os governadores. Afinal, na última semana, o governo renegociou antigas dívidas dos estados nordestinos com a Caixa Econômica Federal e prometeu novos créditos. Os governadores saíram encantados da reunião presidida pessoalmente por Collor, e, embora nada tenha sido oficialmente solicitado, ficou implícito que em troca de tanta gentileza fariam gestões junto as suas bancadas para granjearem apoio ao governo no Congresso.

O clima no Senado poderia ser bem mais favorável ao presidente Collor, não fosse a intransigência do PMDB, tão extremada a ponto de ameaçar com expulsão senadores dissidentes. Um comportamento que nem a antiga Arena chegou a concretizar no tempo do regime militar. O senador Humberto Lucena, tradicionalmente um homem de composição política, estava sendo chamado pela assessoria do Palácio do Planalto do “mais novo xiita do PMDB”. Ele coordenou a ação do partido a favor da monolítica votação do projeto. Por trás desta operação, o governo vê a mão do ex-governador Orestes Quércia, interessado em tomar para o seu PMDB a bandeira da oposição ao governo.

O cenário político no Senado, portanto, revela, mais que uma votação, a expectativa de confronto entre uma nova postura política do presidente. Collor mudou muito no trato com o Congresso na dobra do primeiro para o segundo ano de governo. O governador Brizola recentemente registrou esta mudança: “Collor não é o mesmo presidente depois das últimas eleições para governadores”, disse. Já faz mais de 80 dias que o Palácio do Planalto não envia medidas provisórias para o Congresso. Ao mesmo tempo, com humildade, preferiu a alternativa do debate para encaminhar as grandes reformas administrativas preconizadas pelo *Projeto*, sem atalhar através de medidas provisórias. Agora, nesta semana, Collor terá a chance de avaliar como o Congresso recebeu seu novo modelo político.